

A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS NORDESTINOS VIA
COMÉRCIO TRIANGULAR: ALGUNS COMENTÁRIOS*Pedro Jorge Ramos Vianna**

Resumo: Neste artigo, o autor analisa as relações triangulares de comércio entre Nordeste — Resto do Brasil — Exterior, no sentido de verificar a existência de drenagem de recursos do Nordeste para o resto do País. Ele apresenta as estimativas elaboradas pelo GTDN, Werner Baer, SUDENE e Antonio Rocha Magalhães, para concluir que os resultados antagônicos encontrados por esses autores se devem à inadequação da metodologia utilizada para medir esta possível transferência. Utilizando-se de uma situação hipotética, o autor mostra essa inadequação, propondo, em seguida, uma nova metodologia, com a qual estima a transferência de recursos do Nordeste para o Resto do País. Segundo seus cálculos, no período 1954-1975, o Nordeste sofreu uma drenagem média de recursos da ordem de Cr\$4,0 bilhões, a preços de 1979.

INTRODUÇÃO

A análise do comércio triangular do Nordeste com o exterior e as outras regiões brasileiras tem preocupado vários estudiosos dos problemas econômicos que afligem esta Região. A partir de estudo pioneiro do GTDN¹ em 1959, tem-se tentado demonstrar que essa triangulação comercial é veículo de transferência de recursos do Nordeste para o resto do País (principalmente Centro-Sul). Os trabalhos de Baer,² Albuquerque & Cavalcanti³ e Rocha Magalhães⁴ seguem esta linha de raciocínio, enquanto que outros autores (Goodman & Albuquerque,⁵ por exemplo), aceitam sem maiores discussões essa possibilidade de transferência de recursos. É interessante, ainda, observar que a SUDENE,⁶ em 1970, também apresentou os resultados da alocação de divisas geradas pelo Nordeste, seguindo o mesmo raciocínio do GTDN, sem, contudo, apresentar comentários sobre os resultados por ela obtidos, todos em direção contrária à daqueles apresentados pelo GTDN e Werner Baer.

* O autor é Professor-Assistente do Departamento de Teoria Econômica da UFC e Técnico em Desenvolvimento do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

É de estranhar-se, sobretudo, que, nesse período de 21 anos que separa o estudo do GTDN e o trabalho de Rocha Magalhães, não tenha havido uma maior reflexão sobre o assunto. Quer parecer que o método algo nebuloso apresentado pelo GTDN foi tomado como tão óbvio que os economistas se esqueceram de uma análise mais profunda do mesmo, aceitando seus resultados sem maiores preocupações. Entretanto, essa metodologia apresenta certas falhas (algumas já discutidas por Rocha Magalhães) e a sua repetição ao longo desses anos parece algo fora de propósito.

A METODOLOGIA DO GTDN

Na tentativa de reformular a análise das conseqüências do comércio triangular do Nordeste, será interessante fazer-se uma revisão do critério adotado pelo GTDN na medição da "transferência de recursos" desta Região para o resto do País via triangulação do comércio. A idéia central do GTDN é verificar a diferença entre o Poder de Compra no Exterior e o Poder de Compra no Brasil, do saldo do Balanço Comercial nordestino com o exterior. Para isso, o GTDN trabalha com as seguintes variáveis:

P_m = índice de preços de importação (em dólares);

P_a = índice de preços por atacado (excluído o café);

Z = $(P_m / P_a) \cdot 100$, índice do poder de compra (veja 1, pág. 28) ou índice de preços do intercâmbio (veja 1, pág. 29).

C = índice da taxa de câmbio;

$$Z' = \frac{Z \cdot C}{100} = \frac{C \cdot \frac{P_m}{P_a} \cdot 100}{100} = \frac{C \cdot P_m}{P_a} = \text{índice de preços de intercâmbio, corrigido pelo índice da taxa cambial, ou índice do poder de compra do saldo no Centro-Sul (veja 1, pág. 30).}$$

$X =$ Saldo das exportações nordestinas para o exterior (milhões de dólares);

$$Z' = \frac{X \cdot Z}{100} = \frac{X \cdot \frac{ZC}{100}}{100} = \frac{X \cdot C \cdot \frac{P_m}{P_a} \cdot 100}{10.000} = \frac{X \cdot C \cdot P_m}{100 P_a} =$$

poder de compra utilizado.

$$T = X - Z' = X - X \cdot \frac{C \cdot P_m}{100 P_a} = X \left[1 - \frac{C \cdot P_m}{100 P_a} \right] =$$

= Transferência de recursos.

Assim, $T > 0$ indicaria que o Nordeste estaria “transferindo” recursos; $T < 0$ significaria que a Região estaria tendo um “ganho” com o comércio triangular. E esse “ganho” seria maior dependendo de a taxa cambial se desvalorizar mais rapidamente que os aumentos de P_a , ou se os preços de importação aumentarem mais acentuadamente que P_a ou, finalmente, se o produto $C \cdot P_m$ aumentar mais rapidamente que os aumentos em P_a . Em outras palavras, quanto mais acentuadas forem as depreciações, ou quanto maior for a inflação internacional em comparação com os aumentos de P_a , maiores vantagens adviriam para o Nordeste.

Antes de discutir as estimativas das “transferências” calculadas pelo GTDN, Baer, SUDENE e Rocha Magalhães, bem como as estimativas, aqui elaboradas, todas utilizando-se da metodologia acima, será interessante tentar-se analisá-la mais detalhadamente. De princípio, a unidade de medida do P_a não é explicitada. O GTDN à pág. 28, afirma: “comparamos, inicialmente, em dólares, o índice de preços de importação do Brasil com o índice de preços por atacado (excluído café)”. Mas à pág. 29 lê-se: “Como a depreciação da moeda foi muito maior que a relação do nível de preços no Centro-Sul...”. Assim, a primeira afirmação nos diz que P_a é medido em dólares; a segunda, nos dá a entender que P_a é um índice de preço interno. Mas, o mais interessante é que os únicos índices de preços “exclusive café” que existem na Conjuntura Econômica são aqueles constantes da coluna 118 (exportação por tipo de bens – preço (US\$)) ou da coluna 142 (exporta-

ção por classe de indústria — preço (US\$)). Assim, se a unidade monetária de P_a for realmente o dólar, estaria o GTDN assumindo que os preços de exportação (em US\$) seria uma “proxy” para os preços internos (quando estes fossem medidos em dólar)? Werner Baer define P_a como medido em cruzeiros, dando porém a entender que isso não acarretaria maiores problemas, pois o interesse da metodologia estaria concentrado em mudanças relativas (nota de rodapé 37, à pág. 177). Nesta mesma página, Baer define P_m como o índice de preços de exportação, ou seja, modifica a metodologia do GTDN. Desta forma, tem-se a impressão de que os índices utilizados seriam uma forma de “correção” para o Saldo do Balanço Comercial, em termos da taxa cambial e dos preços internos (qualquer que seja a maneira de medi-los), pois, como dispunha-se de números puros, encontrar-se-ia

$$T = X - \alpha X = X(1 - \alpha)$$

onde X era medido em dólares correntes, α seria igual a C/P_a (um número puro) de tal sorte que T seria medido em dólares correntes. Mas aqui cabe a pergunta: por que então multiplicar $\alpha = C/P_a$ pelo índice de preço de importação (GTDN) ou pelo índice de preço de exportação (Baer)?

Um outro fato que chama a atenção no Relatório do GTDN quando o mesmo se refere a essa “transferência” é que, se de um lado argumenta ter havido “importantes transferências internas de recursos” (pág. 28), chegando mesmo a estimar uma “transferência total de recursos de 167 milhões de dólares” (pág.30), por outro lado, afirma que essa “transferência” não se expressa em fluxo monetário e que só é possível medi-la em termos relativos, com respeito a um ano-base arbitrário (págs. 30/31). Esta última afirmativa deixa a entender que a “transferência” está medida em termos reais, mas, dentro da metodologia utilizada, encontra-se que:

$$\begin{aligned} \sum_{i=1}^n T_i &= \sum_{i=1}^n \left(X_i - \frac{1}{100} \frac{X_i C_i P_{mi}}{P_{ai}} \right) \\ &= \sum_{i=1}^n X_i - \frac{1}{100} \sum_{i=1}^n \frac{X_i C_i P_{mi}}{P_{ai}} \end{aligned}$$

onde se estaria subtraindo de um valor corrente, um valor em termos reais. Assim, que significado teria T ? E como se pode afirmar que houve uma “transferência” de tantos milhões de dólares ao longo do período (n anos),

quando uma das parcelas é $\sum_{i=1}^{\eta} X_i$, uma soma, portanto, de valores cor-

rentes? Se se admitir a interpretação de Werner Baer, de forma que

$$T_i = X_i - \alpha X_i$$

então aí a transferência seria em valores correntes (anuais) e, portanto, um fluxo monetário (vale salientar que Baer, às págs. 38 e 39 chama essa "transferência efetiva de haveres"). É certo que mesmo nesta nova formulação

$\sum_{i=1}^{\eta} X_i$ não teria sentido, a menos que se deflacionasse cada T_i por um mesmo deflator de ano-base arbitrário, é óbvio.

Finalmente, quando as depreciações são efetuadas dentro da Teoria da Paridade do Poder de Compra (veja Caves & Jones,⁷ pág. 336) as variações dos preços externos e internos (inflação externa e interna) já não são levadas em consideração? Se tal fato é verdadeiro (pelo menos argumenta-se que o é a partir de 1968), o uso do índice da taxa cambial e da relação de preços externos e internos, simultaneamente, acarretaria uma duplicação nesse "fator de correção" utilizado pelo GTDN.

Assim, são tantas as interpretações dúbias acerca dessa "transferência", que um estudo mais acurado do assunto parece ser de bom alvitre.

ESTIMATIVAS DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS COM A METODOLOGIA DO GTDN

As estimativas feitas até o presente sobre a transferência de recursos do Nordeste para o resto do País, usando a metodologia do GTDN, são devidas ao próprio GTDN,¹ a Werner Baer,² SUDENE⁶ e Rocha Magalhães.⁴ O GTDN a estima para o período 1948-1956, tomando 1948 como ano-base; Baer estende a estimativa do GTDN até 1960 (com o mesmo ano-base); a SUDENE a estima para o período 1960-1968, porém, tomando 1960 como o ano-base, e Rocha Magalhães, usando 1948 como ano-base, a calcula para o período 1948-1974. Tais estimativas são apresentadas nas Tabelas 1-4. Objetivando uma melhor compreensão do problema, estima-se (para o período 1948-1975) a possível transferência de recursos do Nordeste para o resto do País utilizando a metodologia do GTDN, fazendo, no entanto, 1965/67 como ano-base. Os resultados dessa estimativa estão contidos na Tabela 5.

Que conclusões pode-se tirar das informações contidas nas Tabelas

1, 2, 3, 4 e 5? A primeira observação é que, ao escolher-se um ano j qualquer como base, encontrar-se-á, sempre, $T_j = 0$. A segunda é que, ao se abandonar o ano de 1948 como base e ao se tomar anos mais recentes (nas tabelas apresentadas, 1960 e 1965/67) como ponto de referência, encontra-se sempre que $T_k < 0$ para qualquer $k > j$. O que poderia ter ocasionado este fato? Dentro do raciocínio do GTDN isso refletiria o ajuste da taxa cambial. Na realidade, com referência a 1948, a taxa cambial foi mantida por muito tempo supervalorizada quando havia uma inflação galopante no País, e, desta forma, mesmo com pequenas variações em P_m , $(C. P_m/P_A)$ seria sempre menor que um, fazendo com que $T > 0$ (o que representava "perda" para o Nordeste). Mas, o que se deve notar é que, em qualquer política de câmbio um pouco mais realista, as variações em C refletirão sempre as variações em P_A e P_m de formas que o "fator de correção" do GTDN se tornará superestimado, fazendo, invariavelmente, $t < 0$. Assim, os resultados baseados na metodologia do GTDN contém um viés devido a uma inadequada medida do poder de compra ou, em outras palavras, os resultados empíricos refletem, na verdade, o erro contido na metodologia.

UMA NOVA MEDIDA DE TRANSFERÊNCIA: SUGESTÃO

Tendo em vista os argumentos acima, sugere-se uma nova metodologia para a mensuração dessa possível transferência de recursos do Nordeste para o resto do País. Esta metodologia seria baseada tão-somente na comparação entre o Poder de Compra no Exterior com o Poder de Compra Interno, do Saldo do Balanço Comercial Externo do Nordeste. As variáveis envolvidas nessa metodologia seriam:

- S = Saldo do Balanço Comercial do Nordeste com o exterior;
- P_m = Índice dos preços internacionais de importação;
- t = Tarifa aplicada às importações brasileiras.

Assumindo que os preços internos são aproximadamente iguais a $P_m (1 + t)$, ou seja, seriam os preços internacionais acrescidos da tarifa, poder-se-ia definir a Transferência de Recursos, como:

$$T = \frac{S}{P_m} - \frac{S}{P_m (1 + t)}$$

onde S/P_m é o Poder de Compra no Exterior e $S/P_m (1 + t)$ seria o Poder de Compra Interno, ambos medidos em dólares a preços constantes (a preços do ano-base de P_m).

TABELA 1

Estimativa da Transferência de Recursos pelo Comércio Triangular do Nordeste

Anos	Índice de Preços de Importação (em dólares) P_M	Preços por Atacado (exclusive café) P_A	Relação $Z = P_M/P_A$	Índice da Taxa de Câmbio C	(Z) Corrigido por (C) $Z' = Z.C/100$	Saldo das Exportações Nordestinas p/Exterior (milhões de dólares) X	Poder de Compra Utilizado $Z'' = X.Z'/100$	Transferências de Recursos $T = X - Z''$
1948	100	100	100	100	100	104,4	104,4	0,0
1949	86	105	82	100	82	32,7	26,8	5,9
1950	78	108	72	100	72	87,2	62,8	24,4
1951	96	130	74	100	74	31,2	23,1	8,1
1952	106	147	72	100	72	—	—	—
1953	98	169	58	112	65	74,3	48,3	26,0
1954	84	213	39	169	66	148,4	97,9	50,5
1955	85	562	34	225	77	152,3	117,3	35,0
1956	88	307	29	255	74	66,3	49,1	17,2

FONTE: GTDN (1, págs. 29 e 30).

TABELA 2

Transferência de Haveres do Nordeste para o Centro-Sul, Através do Intercâmbio Comercial

Anos	Índice dos Preços de Ex- portação do Brasil P_M	Índice dos Preços por Atacado (ex- clusive café) P_A	Razão $Z = P_M/P_A$	Índice da Taxa de Câmbio C	Razão P_M/P_A Corrigida $Z' = Z.C/100$	Renda Líquida do Comércio Exterior do Nordeste X	$Z'' = X.Z'/100$ X	Transferência de Haveres $T = X - Z''$
1948	100	100	100	100	100	104,4	104,4	0,0
1949	86	105	82	100	82	32,7	26,8	5,9
1950	78	108	72	100	72	87,2	62,8	24,4
1951	96	130	74	100	74	31,2	23,1	8,1
1952	106	147	72	100	72	—	—	—
1953	98	169	58	112	65	74,3	48,3	26,0
1954	84	213	39	169	66	148,4	97,9	50,5
1955	85	252	34	225	77	152,3	117,3	35,0
1956	88	307	29	255	74	66,3	49,1	17,2
1957	89	352	25	255	64	80,2	51,3	28,9
1958	83	403	20	255	51	151,7	77,4	74,3
1959	79	575	14	406	57	136,8	78,0	58,8
1960	73	756	10	481	48	162,4	78,0	84,4

FONTE: W. BAER (2, págs. 178 e 179).

TABELA 3

Estimativa das Transferências de Recursos pelo Comércio Triangular do Nordeste

Anos	Índices dos Preços das Importações do NE (US\$) P_M	Índices dos Preços por Atacado (ex- clusive café) P_A	Relações $Z = P_M/P_A$	Índices da Taxa Média de Câmbio paga ao Exportador C	(Z) Corrigido por (C) $Z' = Z.C/100$	Saldo do Balanço Comercial do Nordeste com o Exterior (US\$ 1.000.000) X	Poder de Compra Utilizado no País $Z'' = X.Z'/100$	Transferência de Recursos do Nordeste em (US\$ 1.000.000) $(T) = (X) - (Z'')$
1960	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	161	161	0,0
1961	110,0	140,3	78,4	158,3	124,1	181	225	- 44,0
1962	106,2	210,5	50,5	252,5	127,5	121	154	- 33,0
1963	108,8	371,4	29,3	389,9	114,2	163	186	- 23,0
1964	112,1	673,4	16,6	745,3	123,7	126	156	- 30,0
1965	107,5	1.034,0	10,4	1.272,7	132,4	153	203	- 50,0
1966	105,2	1.455,0	7,2	1.562,6	112,5	164	185	- 21,0
1967	128,1	1.841,6	7,0	1.849,6	129,5	158	205	- 47,0
1968	122,8	2.194,3	5,6	2.333,8	130,7	134	175	- 41,0

FONTE: SUDENE (6, pág. 148).

TABELA 4
Estimativa da Transferência de Recursos pelo Comércio Triangular do Nordeste

Anos	Índice de Preços de Im- portações (US\$) Pm (A)	Índice da "Taxa de Câmbio" de Exportação (B)	$C = (A.B)/100$	Índice de Preços por Atacado (D)	$E = (C/D).100$	Saldo de Divisas (F)	Poder de Compra Utí- lizado (F.E/100 = G)	"Transferência" de Recursos $H = F - G$
1948	100	100	100	100	100	105	105	—
1949	86	100	86	105	82	33	27	6
1950	78	100	78	108	72	87	63	24
1951	96	100	96	130	74	31	23	8
1952	106	100	106	147	72	—	—	—
1953	98	122	120	169	71	75	53	22
1954	84	147	123	213	58	148	86	62
1955	85	224	190	252	75	153	115	38
1956	88	244	215	307	70	66	46	20
1957	89	288	256	352	73	80	58	22
1958	83	355	295	403	73	152	111	41
1959	79	620	490	575	85	137	116	21
1960	73	870	635	756	84	163	137	26
1961	74	1.332	986	1.158	85	181	154	27
1962	75	2.011	1.508	1.685	89	122	109	13
1963	76	3.005	2.284	3.087	74	168	124	44
1964	74	6.576	4.866	5.695	85	120	102	18
1965	75	10.185	7.639	7.484	102	136	139	— 3
1966	77	11.957	9.207	10.635	87	163	142	21
1967	78	14.674	11.446	12.890	89	158	141	17
1968	81	18.527	15.007	16.087	93	157	146	11
1969	79	22.152	17.500	19.095	92	297	273	24
1970	81	24.973	20.228	22.666	89	237	211	26
1971	84	28.734	24.136	27.471	88	193	170	23
1972	89	32.250	28.702	32.333	89	311	277	34
1973	112	33.293	37.288	37.312	100	383	383	0
1974	163	36.902	60.150	48.171	125	873	1.091	— 218

FONTE: A. Rocha Magalhães⁴ (págs. 858 e 862).

TABELA 5

Transferências de Recursos do Nordeste para o Resto do País Via a Triangulação do Comércio

Anos	Índice de Relação de Trocas (1965/67 = 100) Z	Índice da Taxa Cambial (1965/76 = 100) C	Índice de Relação de Trocas Interna Z'	Saldo do Balanço Comercial do Nordeste (US\$ Milhões) X	Poder de Compra Interno Z''	Transferências (US\$ Milhões) T
1948	32,7	0,829	0,2711	104,4	0,2830	104,117
1949	39,5	0,829	0,3275	32,7	0,1071	32,593
1950	69,8	0,829	0,5786	87,2	0,5045	86,696
1951	70,1	0,829	0,5811	31,2	0,1813	31,019
1952	66,9	0,829	0,5546	- 58,8	-	-
1953	74,7	2,065	1,5426	74,3	1,1462	73,154
1954	130,0	2,725	3,5425	148,5	5,2606	143,239
1955	87,4	3,319	2,9008	152,3	4,4179	147,882
1956	94,6	3,292	3,1142	66,3	2,0647	64,235
1957	86,3	3,355	2,8954	80,2	2,3221	77,878
1958	88,4	5,730	5,0653	151,7	7,6841	144,016
1959	97,8	6,935	6,7824	136,8	9,2783	127,522
1960	98,4	8,402	8,2676	161,4	13,3439	148,056
1961	101,7	12,067	12,2721	180,7	22,1757	158,524
1962	91,0	17,180	15,6338	120,7	18,8700	101,830
1963	82,9	25,569	21,1967	163,2	34,5930	128,607
1964	105,8	56,328	59,5950	126,3	75,2685	51,032
1965	105,4	83,816	88,3421	153,4	135,5168	17,883
1966	98,9	98,214	97,1336	163,9	159,2020	4,698
1967	96,6	117,974	113,9629	157,5	179,4916	- 21,992
1968	92,6	150,394	139,2648	134,5	187,3112	- 52,811
1969	97,1	180,417	175,1849	276,5	484,3862	- 207,886
1970	107,6	203,359	218,8143	214,0	468,2626	- 254,263
1971	100,0	234,290	234,2900	166,3	389,6243	- 233,324
1972	106,0	262,962	278,7397	280,1	780,7499	- 500,650
1973	116,0	271,470	314,9052	340,7	1,072,8820	- 732,182
1974	94,9	300,895	285,5494	760,7	2,172,1743	- 1,411,474
1975	99,1	360,099	356,8581	734,1	2,619,6953	- 1,885,595

FONTES: Z = Conjuntura Econômica⁸ e Tyler⁹ (Tabela AII-4, pág. 318)
 X = GTDN¹, Baer² e BNB¹⁰
 C - Conjuntura Econômica⁸

Teoricamente, esta metodologia é mais adequada que aquela do GTDN, pois simplesmente compara dois poderes de compra (como usualmente definidos) e não sofre influência da escolha do ano-base. A hipótese mais forte é a que diz respeito aos preços internos, pois indica que, internamente, os preços atingem os níveis mais altos permitidos pela proteção tarifária. Mas esta hipótese, além de pouco combatida pelos economistas teóricos, para o Nordeste, pode ser considerada como bastante realista, pelo menos a partir de 1957, pois a política cambial brasileira, também protecionista para certas categorias de bens, tornou a política tarifária um pouco redundante.

Esta metodologia apresenta ainda a vantagem de se tornar, facilmente, em uma comparação entre o custo efetivo total de importar e o custo real interno. Dados \underline{T} e \underline{S} como definidos anteriormente é óbvio que se pode fazer

$$\begin{aligned} \text{C.T.} &= \frac{\frac{\text{C.S.}}{P_I}}{1+t} - \frac{\text{C.S.}}{P_I} \\ &= \frac{(1+t) \text{C.S.}}{P_I} - \frac{\text{C.S.}}{P_I} \end{aligned}$$

onde:

P_I = índice dos preços internos

C = taxa de câmbio;

e onde a primeira parcela da subtração seria o custo total efetivo de se importar e a segunda parcela seria o custo real interno, custos estes medidos em cruzeiros.

Finalmente, resta lembrar que uma política cambial a taxas supervalorizadas pode ser considerada como uma política de subsídio à importação e uma política cambial com taxas subvalorizadas representaria uma política tarifária. Desta forma, de acordo como se mede \underline{t} , a metodologia sugerida pode englobar os efeitos das variações nas taxas de câmbio. Isto não quer dizer que na metodologia do GTDN as variações nas taxas de câmbio não pudessem refletir, também, as variações nas tarifas existentes, sendo, portanto, a diferença entre a metodologia aqui sugerida e a do GTDN, neste aspecto específico, apenas de caráter empírico. O que se argumenta é que a metodologia do GTDN não mede a diferença entre dois poderes de compra (poder de compra externo e poder de compra interno) mas apenas a dife-

rença entre o saldo do Balanço Comercial e este mesmo saldo corrigido por um parâmetro que nada significa.

Os resultados apresentados na Tabela 6 foram obtidos através da metodologia aqui proposta e cobrem somente o período 1954-1975. Os índices de preços de importação, P_m , foram compilados do trabalho de Pastore, Barros e Kadota¹¹ (pág. 300) e os dados referentes aos índices de preço de importação interna, $P_m (1 + t)$, foram obtidos combinando-se os dados sobre o custo real das importações (11, pág. 301) e as taxas médias de câmbio apresentadas pela Conjuntura Econômica (8, pág. 111).

O fato de não se apresentar dados para o período 1948-1953 merece uma explicação. No período 1948-1953, não havia restrição tarifária, e a taxa cambial utilizada oficialmente pelo governo brasileiro foi mantida supervalorizada. Por esse motivo, as importações cresceram em ritmo acelerado, mas as autoridades monetárias do País preferiram utilizar medidas indiretas de controle das importações. Assim, naquele período, foram implementadas somente duas políticas de controle das importações: o Regime de Licenças Prévias (fevereiro de 1948 a janeiro de 1951) e o Regime de Orçamento de Câmbio (julho de 1949 a janeiro de 1951). No Regime de Licenças Prévias, o importador deveria obter a "licença de pagamento", enquanto no Regime de Orçamento de Câmbio, o Governo estabeleceu um limite para o montante de divisas a serem negociadas. Desta forma, neste período, nem a taxa cambial foi modificada nem a política de restrição de importação via tarifas foi acionada.

As medidas restritivas adotadas para conter a importação no período 1948-1953 não afetaram, portanto, os preços relativos dos bens, razão por que não há motivo para se estudar aquele período no que diz respeito à diferença de poder de compra no exterior e internamente.

Quanto aos anos posteriores a 1975, não há, ainda, dados definitivos sobre as importações nordestinas.

O valor negativo para \underline{T} ($= -2,21$) em 1954 talvez reflita o fato de que, até outubro de 1953, o Brasil adotava uma política de franco subsídio à importação e de contenção de exportação, fazendo com que os preços internos fossem menores que os preços internacionais. Tendo em vista que até fins de 1953 não havia restrições à importação e ainda que o Nordeste apresentava saldo positivo em seu Balanço Comercial com o exterior, é bem possível que esta Região não utilizasse todo o seu poder de compra no estran-

TABELA 6
Transferência de Recursos Via Comércio Triangular do Nordeste
US\$ Milhões

Anos	Saldo do Balanço Comercial do Nordeste (US\$ Milhões) S	Índices de Preços de Importação US\$ P_m Base 1965-67 = 100	Índices de Preços Internacionais Corrigidos $P_m (1 + t)$	Poder de Compra do Nordeste no Exterior S/P_m	Poder de Compra do Nordeste no Brasil $S/P_m (1 + t)$	Transferências $T = S/P_m -$ $- S/P_m (1 + t)$ Base 1965-67 = 100
1954	148.5	100.50	99.02	147.76	149.97	- 2.21
1955	152.3	118.50	142.32	128.52	107.01	21.51
1956	66.3	105.00	163.83	63.14	40.47	22.67
1957	80.2	117.00	254.54	68.55	31.51	37.04
1958	151.7	106.50	141.18	142.44	107.45	34.99
1959	136.8	97.20	176.96	140.74	77.31	63.43
1960	161.4	94.80	157.24	170.25	102.65	67.60
1961	180.7	96.40	206.86	187.45	87.35	100.10
1962	120.7	97.20	248.34	124.18	48.60	75.58
1963	163.2	99.50	272.66	164.02	59.85	104.17
1964	126.3	96.40	217.17	131.02	58.16	72.86
1965	153.4	97.70	174.07	157.01	88.13	68.88
1966	163.9	99.80	162.92	164.23	100.60	63.63
1967	157.5	102.00	142.22	154.41	110.74	43.67
1968	134.5	105.00	140.69	128.10	95.60	32.50
1969	276.5	103.00	149.35	268.45	185.14	83.31
1970	214.0	105.00	153.27	203.81	139.62	64.19
1971	166.3	109.00	178.55	152.57	93.14	59.43
1972	280.1	117.00	188.32	239.40	148.74	90.66
1973	340.7	146.00	250.98	233.36	135.75	97.61
1974	760.7	213.00	454.62	357.14	167.33	189.81
1975*	734.1	264.00	563.48	278.07	130.28	147.79

FONTES: S; Baer² e BNB¹⁰

P_m e $P_m (1 + t)$; Pastore et alii¹¹ e Conjuntura Econômica⁸

(*) Estimativa.

geiro, justamente por ter vantagens econômicas em fazê-lo internamente. Somente a partir do sistema de leilões de câmbio (o que de certa forma é uma restrição à importação), passou o Nordeste a ser obrigado a adquirir no Centro-Sul mercadorias que poderiam ser compradas a preços mais baixos nos mercados internacionais, o que resultaria em uma perda de poder de compra e, conseqüentemente, em uma transferência efetiva de recursos da primeira para a segunda região. O valor total (a preços de 1965/67) de tais transferências ao longo do período analisado alcança a cifra de US\$ 1,539,220 milhões de dólares, o que corresponde a uma transferência média de 69.96 milhões de dólares anuais.

Este valor representaria, então, uma perda para o Nordeste, pois significa o que a Região deixou de obter por causa das restrições à importação. Assim, ela é considerada como uma drenagem de recursos da Região.

CONCLUSÕES

Como foi dito anteriormente, a metodologia do GTDN foi sempre aceita e, exceção apenas para Rocha Magalhães, nenhuma crítica foi feita a esta metodologia.

As críticas levantadas por Rocha Magalhães foram:

- a) os dados de comércio com o exterior do País — tanto de importações quanto de exportações — parecem ser subestimados, por não levarem em conta a parcela desse comércio que a região Nordeste realiza através de outras Regiões, quer diretamente (importação ou exportação do bem em sua forma final) quer indiretamente (importação ou exportação na forma de insumos embutidos em bens finais);
- b) no período considerado (1948-1975), tanto a economia brasileira como um todo como a própria economia regional, sofreram modificações estruturais que tornam duvidosa a comparação, envolvendo anos relativamente distantes entre si;
- c) uma das críticas que se pode fazer é quanto à escolha do ano-base. Se a taxa de câmbio prevalente no ano-base fosse especialmente desvalorizada (no sentido de alta, isto é, de mais cruzeiros por dólar), a análise perderia muito de seu sentido.

Apesar destas críticas, o autor acima citado concorda plenamente com a metodologia do GTDN quando afirma: "Esse índice, que parece o mais apropriado para a análise do fenômeno em estudo . . ." (4, pág. 857).

Muito embora as críticas sejam procedentes, as duas primeiras, possivelmente, não invalidam a análise das transferências de recursos do Nordeste para o resto do País, via comércio triangular, pelos seguintes motivos:

- i) quanto ao problema da subestimação dos dados de importação e exportação do Nordeste, tendo em vista a possibilidade do uso de portos fora da Região para entrada e saída de mercadorias, uma estimativa grosseira da importação "indireta" do Nordeste mostra que esse momento seria em torno de 1% das importações nordestinas do exterior. Esse cálculo foi feito utilizando-se a Matriz de Relações Interindustriais,⁽¹²⁾ do IBGE, e as Matrizes de Comércio Interestadual,⁽¹³⁾ do CEDEPLAR. É bem verdade que, enquanto a primeira se refere ao ano de 1970, a segunda se refere ao ano de 1969, o que, acredita-se, não acarreta grandes distorções. Não se pode esperar, também, que as exportações por via indireta alcancem valores significantes;
- ii) não resta dúvida que tanto a economia brasileira quanto a economia nordestina passaram por profundas modificações estruturais ao longo do período 1948-1975. Entretanto, a julgar pelos dados da Tabela IV.10 publicada por Goodman & Albuquerque,⁽⁵⁾ à pág. 90, a composição das importações nordestinas não parece ter variado substancialmente. E seria esta variação o que realmente importaria para o cálculo do índice em estudo, devido à diferença de tarifas e de taxas cambiais.

Assim, a crítica mais pertinente no que concerne à metodologia do GTDN será realmente a escolha do ano-base. Mas, o que é fundamental aqui é o fato de que, qualquer que seja esse ano-base, o cálculo da "transferência" de recursos do Nordeste para o resto do País será sempre igual a zero naquele ano.

Não é, portanto, o fato de a taxa cambial estar "especialmente desvalorizada" (4, pág. 857) que invalida a análise. É a própria metodologia empregada que é inadequada. Um exemplo esclarecerá melhor o assunto: é fato notório que a taxa cambial no Brasil tem estado permanentemente supervalorizada desde 1948. Os preços internos também sempre foram mais altos que

os preços internacionais para os bens que são importados pelo Brasil. Suponha, agora, que a partir de um ano j qualquer o Brasil resolva adotar a política de minidesvalorizações cambiais. Segundo Doellinger e Associados,⁽¹⁴⁾ a taxa cambial deveria variar segundo a fórmula:

$$\frac{TC_1}{TC_0} - 1 \approx P_B - \overline{P_i}$$

onde

TC_0 = taxa cambial antes de alguma desvalorização;

TC_1 = taxa cambial após a desvalorização;

P_B = percentual de elevação dos preços no Brasil; antes das duas datas seguidas de desvalorização;

$\overline{P_i}$ = elevação dos preços por atacado dos principais parceiros comerciais do Brasil (média ponderada).

Suponha, também, que, coincidentemente a partir daquele ano j , os preços internos e externos variem na mesma proporção. Desta forma, a taxa cambial não variará. Se se utilizar a metodologia do GTDN, cuja expressão analítica foi discutida anteriormente, então, a partir do ano j , não haveria "perda" ou "ganho" de recursos pelo Nordeste. Assim, não variando a taxa cambial (que continuaria supervalorizada) e variando na mesma proporção os preços externos e internos (que continuariam mais altos que os preços externos), uma situação de "ganho" ou "perda" pelo simples mudar do ano-base determinaria o fim da existência do fenômeno.

É interessante observar que, aqui, não se tem o que o econometrista chama de "erro de especificação", onde qualquer variação na especificação da função estimada muda o valor dos parâmetros encontrados. O que se quer é encontrar uma maneira de se medir um fenômeno que existe, independentemente desses "erros de especificação".

Desta forma, fica bastante evidente que a metodologia do GTDN é inadequada para medir a transferência de recursos do Nordeste para o resto do País, via comércio triangular. Como a metodologia aqui proposta não apresenta os defeitos daquela, é a mesma superior ao método usado pelo GTDN.

Aceitas a metodologia proposta e as ressalvas acima, conclui-se que, no período 1954-1975, o Nordeste sofreu uma drenagem de recursos (proveniente somente da existência do comércio Nordeste — Resto do País — Exterior) de Cr\$ 88,8 bilhões (a preços de 1979), o que corresponde a um montante médio anual em torno de Cr\$4,0 bilhões.

BIBLIOGRAFIA

1. GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – GTDN

Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste.
MINTER/SUDENE, 1967, 2a. edição.
2. BAER, WERNER

A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil.
FGV, Rio de Janeiro, 1966.
3. ALBUQUERQUE, R.C. & CAVALCANTI, C.V.

Desenvolvimento Regional no Brasil.
IPEA, Estudo para o Planejamento no. 16, 1976.
4. MAGALHÃES, A.R.

“Comércio e Desenvolvimento (Observações sobre as relações triangulares no comércio da região Nordeste)”, em *Revista Econômica do Nordeste*, Vol. 10, no. 4, out/dez. 1979.
5. GOODMAN, D.E. & ALBUQUERQUE, R.C.

Incentivo à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste.
IPEA/INPES, Relatório de Pesquisa no. 20, 1979.
6. SUDENE

Importância do Comércio Exterior no Desenvolvimento da Economia do Nordeste. SUDENE, Divisão de Análise Econômica, Recife, julho de 1970.

7. CAVES, R.E. & JONES, R.W. **World Trade and Payments.** Little, Brown and Company, 1973.
8. F.G.V. **Conjuntura Econômica**, Vol. 31, no. 4, Abril de 1977.
9. TYLER, W.G. **Manufactured Export Expansion and Industrialization in Brazil.** J. C. B. MOHR (Paul Siebeck), Tübingen, 1976.
10. BNB **Manual de Estatísticas Básicas do Nordeste.** BNB/ETENE, 1977.
11. PASTORE, A.C.; BARROS, J.R.M. e KADOTA, D. "A Teoria da Paridade do Poder de Compra, Minidesvalorizações e o Equilíbrio da Balança Comercial Brasileira", em "Pesquisa e Planejamento Econômico", vol. 6, no. 1, abril 1976.
12. IBGE **Matriz de Relações Interindustriais.** SEPLAN/IBGE, Rio de Janeiro, 1976.
13. CEDEPLAR **Matrizes de Comércio Interestadual.** CEDEPLAR / UFMG, Belo Horizonte, 1976.
14. DOELLINGER, C.V.; FARIA, H.B.C. e CAVALCANTI, L.C. **A Política Brasileira de Comércio Exterior e seus Efeitos: 1967/73.** IPEA/INPES, Relatório de Pesquisa, no. 22, 1972.

Abstract: In this article, the author analyzes the commercial relationships among Northeast – Rest of Brazil – Foreign Countries. He tries discover wheter there is or not a withdrawal of financial resources from Northeast to other regions of Brazil. He presents some estimations elaborated by GTDN, Werner Baer, SUDENE and Antonio Rocha Magalhães, from which he concludes that the different results presented by then due to an inadequate methodology. The author shows that such a methodology is inadequate to measure the phenomenon in analysis, using a hypothetical situation. He suggests, then, a new methodology and estimates a cost of Cr\$4,0 billion (at 1979 prices) a year for the Northeast in its commercial relationships with the rest of Brazil, during the period 1954-75.

,